

OLHARES SOBRE A CRISE AMBIENTAL, SUAS RAÍZES E CONSEQUÊNCIAS

Ozanan Vicente Carrara¹

A crise ambiental mostra seus sinais por toda parte do planeta. Em maio do ano de 2024, o Rio Grande do Sul se encontrava imerso nas águas do Guaíba, causando prejuízos bilionários à economia do estado e do país, além de danos enormes à população com perda de vidas humana e animal. O governo local é acusado de ter modificado quase 500 pontos do código florestal para atender demandas do agronegócio que domina o estado. Recentemente, o Brasil viveu ondas de invasão da Amazônia por garimpeiros que ameaçavam os indígenas locais e seu modo de vida, além de suas terras ancestrais. Ainda não se encontrou uma solução definitiva para impedir o garimpo ilegal, na Amazônia. Por outro lado, o Pantanal matogrossense viveu dias terríveis com a onda de incêndios provocados por fazendeiros para abrir áreas para a criação de pastos para o gado. Acrescente-se a tal ousadia, a atitude de um fazendeiro local que não teve escrúpulos em desmatar 81,2 mil hectares de mata nativa, usando 25 agrotóxicos altamente nocivos ao meio ambiente, entre eles a substância 2,4-D, do agente laranja, usado na guerra do Vietnã. Dois anos atrás, chuvas torrenciais destruíam cidades e rodovias na costa de São Paulo, ceifando dezenas de vidas humanas e deixando cidades turísticas inacessíveis. Minas Gerais viveu dias trágicos e traumatizantes com o rompimento das barragens da mineração em Mariana, em 2015, e Sobradinho, em 2019, com a perda de centenas de vidas humanas e animal, além da contaminação por lama tóxica dos rios Doce e Paraopeba. Já se vão anos e não se chegou ainda a um acordo definitivo com as mineradoras responsáveis para a recomposição da natureza destruída.

As últimas décadas ainda assistiram a desastres ambientais de enormes proporções como os terremotos da Turquia, da Síria e do Afeganistão, os incêndios no Havaí, além dos incêndios e enchentes na Grécia. Não podemos nos esquecer dos acidentes ambientais de Vila Socó em Cubatão, em 1984, e o de Bhopal, na Índia, também em 1984, que lançaram na atmosfera 40 toneladas de gases letais e o de Chernobyl, na Rússia, dois anos depois, liberando grande quantidade de material radioativo que atingiu a Inglaterra, a Escandinávia, a então União Soviética e chegou até os EUA. Aliás, o estado norte-americano do Alaska sofreu alta contaminação de suas águas com o vazamento do petroleiro Exxon Valdez, em 1989, liberando 42 mil toneladas de óleo no mar. Em 2010, foi a vez do México sofrer as consequências dos seus descasos para com o meio ambiente com a explosão da Plataforma da *British Petroleum Deep-water Horizon*, no Golfo do México, despejando 5 milhões de barris de petróleo no oceano. A cidade de Seveso, na Itália, tornou-se mundialmente conhecida quando tanques de armazenagem da indústria química ICMESA romperam, em 1976, liberando vários quilogramas da dioxina TCDD, na atmosfera, causando a morte de três mil animais e o sacrifício de outros 70 mil para evitar a entrada da dioxina na cadeia

¹ Professor associado da Universidade Federal Fluminense - UFF (Campus Volta Redonda/RJ), ensina filosofia e ética na graduação e Ética ambiental no Mestrado em Tecnologia ambiental da mesma universidade. Possui mestrado em filosofia pela PUC/SP e doutorado em Filosofia Contemporânea pela UERJ com tese sobre ética e política em Emmanuel Levinas. Fez estágio de pesquisa doutoral na Université Marc Bloch de Strasbourg e pós-doutoral na Université Paris X (Nanterre/La Défense), em 2015/16. E-mail: pedro.calixto@ufjf.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3505-2954>

alimentar. Um outro acidente, o de Three Mile Island, na Pensilvânia, em 1979, liberou água radioativa e provocou a evacuação de 140 mil pessoas. Também a Petrobrás derramou mais de um milhão de litros de óleo, na baía da Guanabara, no ano de 2000, causando prejuízos incalculáveis à fauna e à flora locais. Em 2002, o petroleiro grego, *Prestige*, naufragou na costa da Espanha, despejando 11 milhões de litros de óleo, no litoral da Galícia, afetando 700 praias e matando cerca de 20 mil aves.

Não podemos deixar de mencionar os desastres nucleares de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, em que bombas norte-americanas mataram mais de 200 mil japoneses. Ainda os acidentes nas Usinas Nucleares de Tokaimura, em 1999, e, mais recentemente, o desastre na Usina de Fukushima Daiichi, em 2011, em que um terremoto de magnitude 9,0 causou o derretimento de 3 dos 6 reatores nucleares da Usina, causando contaminação radioativa das águas do oceano e a evacuação em massa da população.

Como resposta inesperada, houve, no país e mundo afora, uma onda negacionista que não apenas ignorava os alertas dos cientistas, mas ainda tentava desmenti-los. O fundamentalismo religioso, tão em voga no mundo cristão ocidental, não deixou de oferecer suas respostas, encontrando razões para as catástrofes ambientais em supostos castigos divinos pelo avanço do ateísmo e por infidelidades de todo tipo, segundo seus próprios propagadores. Tudo para esconder os verdadeiros responsáveis que, sem dúvida, têm nome e se abrigam atrás de nosso modelo político-econômico que exaure todos os recursos naturais como se fossem infindáveis, sem pensar na responsabilidade que temos para com as futuras gerações e para com os países que mais sofrem as consequências desse modelo econômico do qual são somente fornecedores de matéria-prima para a indústria ocidental. Países inteiros podem se tornar inviáveis, consideradas as consequências para a agricultura, para as cidades costeiras, para as ilhas do Pacífico cujos habitantes se tornam refugiados climáticos, ficando à mercê dos interesses dos países mais ricos que, muitas vezes, lhes negam acolhimento. O governo da Austrália fechou acordo com os indígenas do arquipélago de Tuvalu, com 11 mil habitantes espalhados por nove ilhas, ameaçadas pela elevação do nível da água do mar, para recebê-los em seu território. Há notícias também das Ilhas Tonga e de outras ilhas do Pacífico fortemente afetadas pelo avanço das águas.

A pergunta que não quer calar para quem acompanha as mudanças climáticas e todos esses desastres ambientais é uma só: há culpados por tudo isso? Quem são eles? Como responsabilizá-los? As raízes dessa crise ambiental se encontram, sem sombra de dúvidas, na ação humana e no excesso de intervencionismo que a tecnologia permitiu em todos os níveis da natureza. No nível da filosofia, perguntamo-nos: que tipo de metafísica permitiu que nos víssemos fora da natureza a tal ponto de não nos sentirmos culpados pelos maus tratos que lhe infligimos bem como propiciou o descuido por seus seres? Não se cansa, no nível filosófico, de culpar o modelo cartesiano e o modelo científico, estimulado por Francis Bacon, como os que separaram o homem da natureza, tornando-a algo sem vida e sem dignidade própria, justificando todo tipo de uso que se fez dela meramente em benefício do bem-estar humano. Na ética, acusa-se o modelo antropocêntrico que se firmou no Ocidente, desde o Renascimento, cujo auge foi o período moderno, relevando a segundo plano os seres extra-humanos vistos tão somente como úteis aos fins humanos e submetidos aos seus caprichos, justificando mesmo a produção dos bens mais extravagantes como se vê na indústria de bens de luxo destinados a menos de 1% da população mundial cuja exploração demanda enorme destruição ambiental, em geral, em países mais pobres onde o Estado não é forte o suficiente para se impor à ambição desmedida das grandes empresas e corpo-

rações. Olhando a história da colonização, o modelo econômico extrativista, implantado no período da colonização da América, da África e da Oceania se perpetuou, ganhando novas faces com o chamado neoliberalismo que se faz acompanhar dos homônimos neocolonialismo, neoextrativismo, etc. Se houve toda uma ciência, uma filosofia, uma ética que os justificaram e os perpetuaram, não faltaram atitudes resilientes e corajosas que os procuraram substituir por uma ciência ecológica e sustentável, por uma filosofia holística e por uma ética ambiental capaz de contemplar os seres naturais não humanos, tão esquecidos nas éticas tradicionais de tendência antropocêntrica.

Os anos 70 viram nascer a ética ambiental como resposta à crise em que o Ocidente se viu mergulhado, buscando saídas e alternativas no nível dos parâmetros teóricos que permitiram esse desenvolvimento agressivo e exaustivo da natureza e de seus recursos.

Também a ecoteologia deu passos significativos, uma vez que não se pode negar a influência dos modelos religiosos com suas respectivas leituras do livro do Gênesis que, tanto na versão católica como na protestante, justificaram a subjugação da natureza, procurando seus fundamentos na ordem bíblica do “dominai a terra”. Se uma tal leitura alimentou excessivamente o domínio humano sobre a natureza e seus seres, vistos meramente como criaturas entregues ao poder humano, existem, no entanto, outras leituras possíveis que compreendem o homem como um guardião chamado a cuidar e proteger ou ainda como um cooperador que a vê como aliada no mesmo destino, lembrando-nos que somos também natureza.

A colonização da natureza, da ciência e do pensamento nos impediu de ver e valorizar outras visões de mundo e outros saberes ancorados nas milenares tradições dos povos originários que não se viam como separados da mãe natureza, mas como parte indissociável dela. A ética andina do Bem Viver nos fornece outros parâmetros para reger a economia, a política e a sociedade a partir de uma visão mais holística, dentro de um pensamento decolonial e de uma ecologia integral. Há inúmeras iniciativas e esforços para recuperá-la, desenterrá-la, teorizá-la como uma visão não somente autóctone, mas também alternativa ao modelo econômico colonialista que reduziu a natureza a recursos classificados meramente pela utilidade, privando seus seres de uma dignidade moral e de um valor intrínseco. A ética andina do Bem Viver persiste nos povos originários pré-colombianos e nos serve de inspiração para o início de uma nova era e uma nova relação com a natureza e seus seres.

Cada cultura contém suas reservas de eticidade cujas fontes resistem a séculos de imposições culturais que acabaram gerando modelos econômicos depredadores. Nos EUA, a ética da terra de Aldo Leopoldo, inspira pensadores da ética ambiental, desde o século XIX, introduzindo toda a terra no seio da ética. Homens e todos os demais seres são membros de uma mesma comunidade bioética que não somente têm um lugar dentro dela, mas, acima de tudo, é o homem chamado a cooperar com todas as demais espécies. A leitura ecológica da história humana descobre os vínculos inquebrantáveis entre o homem e seu ambiente natural, fazendo-o perceber como os demais elementos bióticos reagem à ação humana. Como cidadão da comunidade Terra, o homem tem de preservar sua estabilidade.

A Austrália, por sua vez, foi pioneira na pesquisa e na construção de uma ética ambiental com o filósofo John Passmore que reexaminou as leituras bíblicas do Gênesis. Para ele, a cultura ocidental possui nela mesma recursos nos níveis metafísico, político e social para encontrar uma saída para a crise ambiental.

Ele se inspira em outras leituras do Gênesis como aquela que entende o homem como gestor da

natureza e como aquele que, como cooperador, contribui para aperfeiçoar a natureza. Inspira-se ainda no filósofo Possidônio, do século III. Admite que não é possível um progresso sem uma certa sujeição da natureza, mas ressalta a interdependência ecológica que permite compreender o parentesco do homem com a natureza e menos aquilo que o diferencia da natureza. Propõe um controle das ambições e do egoísmo humano para chegarmos a uma sociedade mais sóbria e equilibrada. Ainda no contexto australiano, destacam-se as reflexões do ecofeminismo que vê conexões entre o domínio da natureza e o patriarcalismo, buscando caminhos para superá-los.

Na Europa, não faltaram pensadores que se debruçaram sobre a questão ambiental, desde os anos 70. Na Noruega, o filósofo Arne Naess, fundador da *deep ecology*, buscou um pensamento holístico que recoloca o homem dentro da natureza. Insistiu num olhar fenomenológico sobre a natureza, partindo de sua experiência de professor e de alpinista, fugindo do olhar utilitarista e instrumental da natureza. Sua reflexão influenciou discípulos em vários países.

Os nomes de Hans Jonas e Michel Serres despontam como aqueles que talvez mais tenham se dedicado à reflexão sobre a questão ambiental, na filosofia contemporânea, tendo ambos contribuído com uma reflexão original sobre a questão. O primeiro lançou um livro todo dedicado à ética ambiental, em 1979: *O Princípio Responsabilidade - Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*, em que, a partir de sua formação na escola fenomenológica, se dedica à formulação de uma ética à altura da civilização tecnológica que torna factível a desaparecimento da humanidade. Propõe uma fundamentação metafísica para a responsabilidade, ensinando, em sua ontologia, que a ideia de homem reivindica a sua existência, o que requer a continuidade do existir do homem. Propõe uma responsabilidade não voltada para atos passados, mas para a determinação do que se tem a fazer para preservar as gerações futuras. Influenciou políticos europeus ao propor que o primeiro objeto de responsabilidade são os outros homens, embora a preservação da existência humana suponha também a preservação de suas condições, isto é, dos demais seres e formas de vida dos quais depende o homem.

Michel Serres, a seu turno, propõe uma ética do contrato natural em que propõe uma reconciliação entre a ciência e a sociedade, entre a ciência e o direito, de modo que a Terra se torne um parceiro integral. Como parceiros da Terra, temos obrigações para com ela. São as ciências e a Sociedade Científica que devem julgar os conflitos entre o homem e a natureza. Recebemos a vida como dom da natureza e chegamos a hora de lhe retribuirmos o tanto que dela recebemos. Propõe transformar a Terra num sujeito de direitos de tal modo que o contrato natural firmado entre nós e ela nos imponha compromissos inadiáveis. A marca visível desse contrato seria o amor que deveria se revestir de atos de respeito e cuidado para com a natureza. Chegou, inclusive, a propor às religiões o mandamento de amar a natureza!

Não poderia deixar de mencionar a encíclica do Papa Francisco *Laudato Si* e a exortação apostólica *Laudate Deum* sobre a crise climática que trazem a questão ambiental para dentro do debate religioso, teológico e pastoral ainda que sob o olhar reprovador da direita religiosa. O Papa retoma uma tradição que vem de São Francisco, tentando responder àqueles que responsabilizaram o cristianismo e a teologia cristã com sua leitura reducionista do gênesis e de outros textos bíblicos pela crise ambiental do Ocidente. Vê-se assim que é possível construir uma teologia à altura da urgência ambiental, relendo as tradições bíblicas que ajudam a responder às inquietações do homem contemporâneo, além de propor uma espiritualidade e uma educação ecológicas.

Este dossiê quer ser uma singela contribuição para esse debate. Seus colaboradores retomam o debate a partir de diferentes perspectivas e autores, do neoplatonismo e da tradição tomista até as reflexões de alguns contemporâneos. Assim, Pedro Calixto e Marcos Vinicius de Araújo mostram que a relação do homem com a natureza não esteve ausente entre os antigos e a mostra presente na tradição neoplatônica. José Vidal de Amorim desenvolve o conceito aristotélico de natureza na reflexão de Santo Tomás de Aquino, ressaltando sua presença no período medieval. Pedro Paulo Rodrigues aborda outros modos de existência no mundo a partir de um diálogo entre a filósofa norte-americana, Donna Haraway, e o filósofo franco-lituano, Emmanuel Levinas. André Luiz Pinto propõe uma reflexão a partir de um tríptico diálogo entre a filosofia, a ciência e a poesia. Marcelo Fabri, apoiando-se na fenomenologia de Emmanuel Levinas, procura um rosto para a natureza. Edvaldo Antônio de Melo e Maria Elisa Silva Mendes refletem a partir do desastre ambiental de Mariana, explorando a memória do trauma das vítimas. Ozanan Vicente Carrara retoma alguns elementos fundamentais da reflexão da filosofia contemporânea sobre a natureza e a técnica. José Carlos Aguiar de Souza e José Ricardo Duarte mostram a influência do conceito de mundo da vida, criado pelo filósofo Edmund Husserl, na ideia de casa comum da encíclica *Laudato Si*. Maria Joaquina Fernandes Pinto explora a questão ambiental nos três documentos papais que refletem sobre o tema. Ádamo Boucas Escóssia da Veiga reflete sobre a banalidade do mal, no antropoceno, enquanto Victor Alexandre Garcia Pires examina a questão da desnaturação na botânica de Jean-Jacques Rousseau. Pedro Calixto e Marcos Antônio Leal Junior buscam em Rousseau o caminho da vida feliz próxima à natureza. Silvestre Grzibowski aborda o cosmos como comunidade de vida afetiva a partir do pensamento de Michel Henry. Pedro Calixto e Nely Medeiros da Silva exploram a ética de Levinas, relacionando-a com a alteridade das futuras gerações. Por fim, Adriana dos Santos Souza e Ana Alice de Carli mostram o papel da educação ambiental no enfrentamento das mudanças climáticas.

Esperamos que nossa reflexão seja um sinal de comprometimento com a mudança de atitudes, de estilo de vida, de gestão ambiental e com a revisão dos paradigmas teóricos que fundamentam nossas visões de natureza e formatam nossas relações com ela, tendo em vista salvar o planeta e deixar um legado responsável para as gerações futuras.